



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Gestão de Políticas Sociais)

Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital

Cristiane Carla Konno¹

Resumo. Este trabalho, realizado por revisão bibliográfica, visa compreender a relação entre trabalho e educação na sociedade capitalista. Uma vez que esta não é homogênea, mas contraditória, é no processo de reprodução de si mesma que deixa espaços intermitentes e descontínuos, que ao serem movimentados pelas contradições entre as classes sociais, possibilita a realização de atividades educativas emancipatórias, como a educação permanente no âmbito das políticas sociais. A educação permanente, além de resultar na dimensão formativa do trabalhador, se coloca como uma estratégia na consolidação do Estado Democrático de Direito, na defesa da primazia do Estado na efetivação dos direitos sociais.

Palavras-chave: trabalho; educação; sociedade; emancipatória.

Abstract: This work, carried out by literature review, aims to understand the relationship between work and education in capitalist society. Since this is not homogeneous, but contradictory, it is in the process of reproduction of itself that it leaves intermittent and discontinuous spaces, which, when moved by the contradictions between social classes, make it possible to carry out emancipatory educational activities, such as permanent education in the scope of social policies. Continuing education, in addition to resulting in the formative dimension of the worker, is placed as a strategy in the consolidation of the Democratic State of Law, in the defense of the primacy of the State in the realization of social rights.

Keywords: work; education; society; emancipatory.

I. INTRODUÇÃO

O estudo que ora se apresenta é parte constitutiva da tese de doutoramento que tem como título: A Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência

¹ Assistente Social, Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE – Campus de Toledo-Pr, doutora, email: cristiane.konno@unioste.br



Social: Trabalho e Educação na Consolidação do SUAS². Para este momento, objetiva-se, por meio de revisão bibliográfica, compreender a relação entre trabalho e educação na sociabilidade do capital.

Esta relação se desenvolve no contexto da ofensiva do capital, que associada aos princípios neoliberais, à ideologia da globalização e ao processo de reestruturação produtiva gera profundo impacto, corrói os direitos de cidadania conquistados ao longo do século XX, metamorfoseando o direito social, no âmbito do sistema de proteção social em serviço, que pode ser comprado e vendido no mercado. No processo de desenvolvimento histórico, o capitalismo domina e centraliza os meios de produção, que da lógica de meios individuais, tornam-se sociais, incorporando uma natureza social ao processo produtivo.

Instaurado o modo de produção capitalista, novas relações sociais são estabelecidas, tendo como elementos basilares a propriedade privada dos meios de produção e do trabalho social, sendo este um movimento de ruptura com as formas de trabalho até então existentes, para alavancar o desenvolvimento das forças produtivas e aprofundar o caráter privado da propriedade privada e do trabalho alheio.

Exponenciado pelo advento da indústria moderna, o modo de produção capitalista forjou um processo de trabalho de transferência para a máquina de funções próprias do trabalho manual, retirando deste as propriedades intelectuais inerentes ao trabalho manual humano, enfatizando a mecanização das operações manuais. A nova forma de produzir implicou na reorganização das relações sociais, novas habilidades humanas para atender as novas exigências da divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, o caminho para generalização do trabalho intelectual se deu por meio da organização de sistemas de ensino nacionais em diversos países. Logo, a revolução industrial é correlata a uma revolução educacional; enquanto a primeira teve como foco a máquina no processo produtivo, a segunda inscreveu a escola como a forma de educação.

No estágio do capitalismo tardio, decorre uma crescente contradição entre as forças produtivas e as relações de produção; o próprio desenvolvimento tecnológico, em certa medida, choca-se com as relações de produção, considerando que em certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas as relações capitalistas que possibilitaram o seu avanço, converteram-se em obstáculos as exigências à expansão daquelas. Conforme afirma Engels e Marx “(..) “a moderna sociedade burguesa, uma sociedade que liberou tão formidáveis meios de produção e troca, é como o bruxo incapaz de controlar os poderes ocultos desencadeados por seu feitiço” (ENGELS; MARX, 2011, p. 16).

Vislumbra-se o descontrole dos poderes, ou mesmo os efeitos dos seus feitiços nos momentos de crise do capitalismo; exatamente quando as contradições põem em

² Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina /UEL, em junho de 2020.



questionamento e/ou em confronto as bases de sua reprodução. Essas crises se revertem em guerras, em destruição social da força de trabalho, de mercadorias, da natureza, enfim, da humanidade. Para os ganhos da produtividade, o processo acelera as inovações tecnológicas, os novos processos de gestão e consumo da força de trabalho e modificam os padrões de consumo, ou seja, a produção capitalista, intensifica o desenvolvimento das forças produtivas, aprofundando a relação entre consumo e produção: o ritmo desenfreado de consumo é o mecanismo que impulsiona a produção.

Nesse sentido, o século XX, revelou a força destrutiva do capital, e, simultaneamente, forjou e explicitou as potencialidades humanas e a complexa sociabilidade da relação entre homem e natureza: as conquistas civilizatórias alcançadas no capitalismo, reveladas pela emancipação política, pelo desenvolvimento científico e tecnológico, a constituição de um mercado mundial; dentre outras. Porém, esta mesma sociabilidade, incide com intensa desigualdade sob as condições de vida dos trabalhadores que edificaram o atual projeto societário. Contudo, ante às contradições sociais que o modo de produção capitalista cria, aprofunda e consolida um conjunto de mecanismos para assegurar a sua reprodução, com profundas inflexões e contribuição da e na educação. Simultaneamente, são estas contradições que possibilitam os espaços de mobilização e organização política para as lutas sociais fundadas em um processo educativo emancipatório.

II. TAYLORISMO, FORDISMO, ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E A EDUCAÇÃO

Com o processo de avanço da indústria e da relação desta com a ciência na produção capitalista, deflagrou-se, no início do século XX, um movimento denominado de gerência científica, ensejado por Frederick Winslow Taylor. O taylorismo passou a referir-se aos métodos e organização do trabalho. O objetivo era aplicar os métodos da ciência para a resolução dos problemas referentes ao controle do trabalho e alcançar a adaptação do trabalho aos interesses do capital.

Taylor aponta em seus estudos, como o maior obstáculo para atingir o que ele chamou de máximo/ótimo da força de trabalho em um dia “a vadiação ou a moleza” do trabalhador, em relação ao ritmo de trabalho. E para romper com essa situação, vislumbra como necessário o controle sobre todo o processo de trabalho pela gerência científica, a partir dos princípios de: dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores – neste, o processo de trabalho não deve depender da capacidade do



trabalhador, mas da gerência; a separação entre concepção e execução³, ou seja, a separação entre trabalho mental e trabalho manual, entre cérebro e mãos⁴ e a utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução. (BRAVERMAN, 1987)

Em síntese, a gerência científica ou moderna, foi introduzida tendo como referência estes princípios e colocou-se, como um constructo teórico-prático sistemático, respondendo às exigências de intensificação da produção, via aceleração do tempo e pela transformação dos processos de trabalho pautados na ciência.

O taylorismo se fortaleceu tendo em vista a acumulação do capital em escala cada vez maior, considerando os novos campos da indústria. Neste contexto, aos trabalhadores, abre-se a possibilidade de alguns ocuparem as funções de planejamento, projeto, departamento de seleção e chefias; tendências estas que camuflam/ocultam

a tendência secular no sentido de rebaixamento de toda a classe trabalhadora a níveis inferiores de especialidades e funções, ao abrir caminho para o avanço de alguns trabalhadores nas indústrias em rápida expansão, justamente com exigências cada vez menores de capacitação dos candidatos, onde grande massa de trabalho são admitidas ao trabalho, pela primeira vez, nos processos produtivos industriais, escritoriais e de mercado (BRAVERMAN, 1987, p.116).

Essas condições impuseram ao trabalhador o distanciamento cada vez maior de conteúdos de qualificação ou conhecimentos científicos, pois grande contingente de trabalhadores se tornou operário de execução de operações simples, esvaziado do conteúdo tradicional, enfraquecendo ainda mais a relação entre a população trabalhadora e a ciência; simultaneamente o taylorismo deflagrou constantes situações de oposição entre os sindicatos de trabalhadores.

A relação entre trabalho e educação no taylorismo, fez emergir, no âmbito das indústrias, nos departamentos do pessoal e relações trabalhistas – escolas como as de relações industriais, departamentos universitários de sociologia e outras instituições acadêmicas e para-acadêmicas, um complexo de disciplinas acadêmicas e práticas, destinados ao estudo do trabalhador. “[...] surgiram a psicologia industrial e a fisiologia industrial para aperfeiçoar os métodos de seleção, adestramento e motivação dos trabalhadores” (BRAVERMAN, 1987, p. 125).

³ “A consequência inexorável da separação de concepção e execução é que o processo de trabalho é agora dividido entre lugares distintos e distintos grupos de trabalhadores. Num local são executados os processos físicos da produção; num outro, está concentrado o projeto, o planejamento, cálculo e arquivo. [...] as unidades de produção operam como a mão, vigiada, corrigida e controlada por um cérebro distraído”. (BRAVERMAN, 1987, p. 113)

⁴ “A separação de trabalho mental e trabalho manual reduz a certa altura da produção, a necessidade de trabalhadores diretamente na produção, desde que ela os despoja de funções mentais que consomem tempo e atribui a outrem essas funções.” (BRAVERMAN, 1987, p.112)



O processo de crescimento e elevada produção foi estagnado pela grande depressão econômica dos anos de 1930, que somadas às revoltas da classe trabalhadora, resultou na sindicalização das indústrias nos Estados Unidos, explicitando o antagonismo presente entre as classes sociais. Ao mesmo tempo, tratava-se de buscar, por meio do estudo, formas de habitação, adaptação do trabalhador para melhor atender os interesses do capital.

Outro modo de organização da produção industrial é o fordismo. Inaugurada por Henry Ford – a Ford Motor Company, em 1903, destinava-se a fabricar automóveis e bicicletas e detinha profissionais formados em Michigan e Ohio, centros de produção destas mercadorias. Cada unidade de automóvel era montada em local específico por uma equipe altamente qualificada. Em 1908, Ford introduziu o Modelo T como nova organização de trabalho. Tinha como central uma esteira transportadora, cujos componentes eram levados, e que, conforme passavam por meio de paradas periódicas, os operários executavam as operações simples. A linha de montagem instituída por Ford, associada ao controle da gerência instituída por Taylor, acelerou o ritmo do trabalho, intensificou a produção, submetendo os trabalhadores a índices alarmantes de exploração, dada por operações repetitivas, além de padronizar os salários.

O fordismo se apresenta com uma organização industrial rígida, que objetiva a racionalização das operações, produzindo mais em menos tempo. Conseqüentemente, provoca o acirramento da oposição dos trabalhadores que cada vez mais insatisfeitos, recorrem aos sindicatos. É uma lógica de produção que provoca a rotatividade de trabalhadores nas fábricas, o que leva os capitalistas a romper com a padronização dos salários e a conceder salários mais elevados para alguns trabalhadores para que pudessem garantir a produção contínua.

Entre 1830 e 1840, emergem os Institutos Politécnicos, de instrução universitária que atraem estudantes de diversas partes do mundo, com formação em diferentes ramos da mecânica para suprir as necessidades das novas indústrias. Na Alemanha, por exemplo, esse processo de organização da produção industrial, se expressa pela participação também de processos educativos para o trabalho, por meio de um sistema universitário que continha professores especializados nas ciências, para desenvolver em laboratórios equipados, pesquisas industriais, que tornariam, posteriormente, modelos para as empresas em diversos países.

A primazia da Alemanha perdurou até a II Guerra Mundial, com o surgimento do nazismo. Em virtude da política racial e ideológica de Hitler, grande parte de professores, pesquisadores foram acolhidos pelos Estados Unidos, levando também grande parte do conhecimento acumulado. Por meio de financiamentos e incentivos do governo e das empresas, após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a fornecer o



conhecimento científico para grande parte do mundo.

Portanto, no processo produtivo por meio dos sistemas tayloristas e fordistas, o trabalho assume sua forma alienante.

O fator subjetivo do processo de trabalho é transferido para um lugar entre seus fatores objetivos inanimados. Aos materiais e instrumentos da produção, acrescenta-se uma força de trabalho, outro fator de produção, e o processo, é daí por diante executado pela gerência como o exclusivo elemento subjetivo. Este é o alvo a que tende a gerência, e na busca do qual ela emprega e adapta toda a inovação produtiva proporcionada pela ciência (BRAVERMAN, 1987, p.150).

No taylorismo-fordismo, a educação era voltada para a qualificação/especialização limitadora teórico-prática em relação ao trabalho, marcada pela dicotomia entre ambas, reduzindo-as (teoria e prática) a tarefas em suas meras execuções, de forma parcelar e fragmentada. Nesse sentido, o taylorismo-fordismo acentuou o projeto de educação baseado em escolas técnicas profissionalizantes, com o objetivo de formar para o trabalho assalariado, atendendo aos interesses de mercado.

As escolas técnicas profissionalizantes tinham a função de educar para o trabalho assalariado, sendo este conhecimento apropriado pelas empresas como capital variável, como trabalho concreto convertido em trabalho abstrato. Ou seja, a educação pragmática da especialização fragmentada, de caráter eminentemente técnico, correspondia aos limites da coisificação e fragmentação do processo capitalista de trabalho.

Para Antunes (2017), sob essa ótica, a educação básica por meio de instituições de ensino, compreende o cérebro como um músculo que deve ser controlado com exercício mental, como um órgão mecânico, para que possa suportar a rotina da produção em série. Portanto, um projeto que tem como base a divisão social, e, sua educação é eminentemente formal, parcelar, hierarquizada e perpetuadora da cisão entre trabalho intelectual – elaborado pela gerência científica, e o trabalho manual – executado pelos trabalhadores operários.

A crise do capital dos anos de 1970, se espalhou pelos países de capitalismo avançado e periféricos, desenvolvidos ou em desenvolvimento e impeliu o capital a aplicar medidas visando o reordenamento da produção e das formas de acumulação. A ofensiva do capital teve como transformação primeira a dinâmica do trabalho e, conseqüentemente, na reprodução da vida social. A partir de então, novos processos de trabalho emergem, reestruturados, dando vez a processos mais flexíveis de produção, como novo padrão de produtividade.

Para Antunes (2000), a flexibilidade da produção/especialização flexível possibilita uma nova forma produtiva, alavancada pelo alto desenvolvimento tecnológico, erigido no âmbito de empresas desconcentradas, de porte médio e pequeno, quando não artesanais,



que, em oposição à rigidez do modelo produtivo fordista, apresenta uma flexibilidade que pretende, inclusive, tornar flexível a alienação do trabalho impregnada na grande indústria.

A acumulação flexível por ser uma proposta própria do capitalismo para enfrentar a crise, mantém as seguintes características: voltada para o crescimento; apoiada na exploração do trabalho vivo na produção e apresenta uma dinâmica tecnológica e organizacional próprias. Como experiência concreta, destaca-se o Toyotismo⁵ ou modelo japonês, que operacionalizado na indústria japonesa, provocou verdadeira revolução técnica no processo de produção (ANTUNES, 2000).

Conforme o autor, no Toyotismo, o processo de produção é gerido pela demanda diversificada e pronta para o consumo, eliminando a produção em série e em massa padronizadas e o estoque mínimo nas empresas. O tempo na empresa deve ser melhor aproveitado, assegurado pelo *just in time*, bem como o *kanban* é adotado para realizar a reposição de peças em estoque. Para responder à diversificação dos produtos, o operário é compelido a operar várias máquinas, realizando várias tarefas, alterando a relação homem/máquina estabelecida no fordismo e instaura a denominada polivalência do trabalhador. Além de polivalente⁶, o trabalhador passa a compor uma equipe de trabalho na operação de máquinas automatizadas. Outra questão apresentada por Antunes (2000), é que no processo de acumulação flexível, as indústrias passam a atuar de forma horizontalizadas, reduzindo a produção à terceirização dos serviços.

O processo de flexibilização da produção acarretou: a desproletarização do trabalho industrial/fábrica em países de capitalismo avançado, ao mesmo tempo que demarcou a ampliação de trabalho assalariado no setor de serviços; a subproletarização intensificada, verificada na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado; a expansão do desemprego estrutural e em escala mundial. Essas questões, “provocaram um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2000, p.50).

Sob a precarização estrutural do trabalho, o capital impõe ao Estado o desmonte de legislações, que visam a desregulamentação de direitos trabalhistas e sociais, advindo historicamente, como conquistas da classe trabalhadora. Decorre também, uma maior segmentação do trabalho, onde se explicita primeiramente nos trabalhadores ultraqualificados, sobretudo os que atuam nas denominadas tecnologias de informação e comunicação, em segundo, encontramos os trabalhadores também qualificados, mas que

⁵ Experiência introduzida por Ohno, engenheiro que originou este modelo na Toyota do Japão, após a II Guerra Mundial.

⁶ “Ao invés de desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha de produção individualizada, ele se integra a uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para as pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para satisfação da equipe que está na sequência da linha. [...] Em síntese, com o toyotismo, parece desaparecer o trabalho repetitivo, ultra simples, desmotivante e embrutecedor” (GOUNET, 991, *apud* ANTUNES, 2000, p. 36-37).



estão fora do mercado de trabalho por uma questão conjuntural, e, por fim, um grande contingente de trabalhadores que vivenciam a precarização e o desemprego estruturais, portanto, sem condições de serem absorvidos pelo mercado de trabalho.

Esta nova configuração do mundo do trabalho, enaltece o trabalho intelectualizado situado na área da comunicação informacional, publicidade, entre outros. O capital captura a dimensão cognitiva, intensifica o controle e a subordinação dos sujeitos ao trabalho. Ao mesmo tempo, amplia a informalização do trabalho dos terceirizados, dos precarizados, subcontratados, flexibilizados. Relação dual esta, que explica a perenidade do trabalho. (ANTUNES, 2008)

Na medida em que a dimensão cognitiva transfere para a máquina informacional a realização de atividades inerentes à inteligência humana, transforma o trabalho vivo em trabalho morto. Uma vez que a máquina não elimina completamente o trabalho humano, presenciamos um envolvimento interativo entre subjetividade trabalho e máquina inteligente, aprofundando o estranhamento e a alienação do trabalho e ampliando formas modernas de reificação. Logo, o contexto de reestruturação produtiva demarca uma nova inter-relação entre atividade produtiva e improdutiva; fabril e de serviços; laborativa e de concepção.

Para Antunes (2012), a acumulação flexível, começou a ser sinalizada no Brasil a partir da década de 1980⁷, com transformações organizacionais e tecnológicas internas ao processo produtivo e de serviços. Essas transformações, marcaram o processo de reestruturação produtiva no país, implicando em novas formas de organização social do trabalho: a informatização produtiva, a produção baseada em *team work*, programas de qualidade total e ampliação da difusão da microeletrônica. Concomitante, institui os métodos participativos com o objetivo de aprofundar o envolvimento entre trabalhador e empresa, e iniciam o processo de reengenharia industrial. Isso significou também, acatar as imposições das empresas transnacionais, referentes aos ditames da acumulação flexível, que as empresas nacionais respondessem a estes ditames devido à competitividade internacional, ao mesmo tempo em que se mantinham atentas ao avanço do novo sindicalismo.

Imediato a esse processo, se fizeram sentir o enxugamento da força de trabalho, a flexibilização e desregulamentação de direitos trabalhistas e sociais, a terceirização dos serviços e novas formas de gestão da força de trabalho. Como ao capital interessa a combinação entre os padrões produtivos tecnologicamente avançados e força de trabalho qualificada, polivalente e multifuncional, acentua-se o traço permanente do capitalismo no Brasil: a superexploração da força de trabalho. Estas condições acirram os imperativos destrutivos do capital, oscilando entre a continuidade de um trabalho ainda preservado por direitos e a crescente precarização e informalidade, constituindo e ampliando o desemprego

⁷ Para Antunes (2012), o processo de reestruturação produtiva no Brasil inicia-se na década de 1980, mas é na década de 1990, no Governo Fernando Collor de Mello, se fazendo sentir até os dias atuais.



estrutural. Desta forma, constitui uma nova configuração ao mundo do trabalho, uma nova morfologia do trabalho, que por sua vez, requer novas formas de representação das forças sociais e políticas do trabalho.

Na vigência da acumulação flexível, a educação absorve as transformações societárias advinda da crise estrutural do sistema do capital. A empresa flexível requisita trabalhadores polivalentes e multifuncionais e para tanto, demanda uma educação que atenda às exigências de qualificações profissionais, educacionais e comportamentais.

Como respaldo teórico para o debate, recorreremos a obra de Kuenzer (2017), que analisa o trabalho e a educação no contexto do regime de acumulação flexível, também utilizada como fonte de estudo de Antunes (2017). Para Kuenzer (2017), para responder às requisições da empresa flexível, surge a aprendizagem flexível, pois as instituições de ensino e pesquisa tornaram-se permeáveis aos discursos e orientações da acumulação flexível do capital. Logo, a educação flexível explicita o projeto pedagógico da acumulação flexível.

Assim é que o discurso da acumulação flexível sobre a educação aponta para necessidade da formação de profissionais flexíveis, que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea, ao invés de profissionais rígidos, que repetem procedimentos memorizados ou recriados por meio da experiência (KUENZER, 2016, p. 3).

Correspondente à incorporação da informática, robótica e microeletrônica, no uso de alta precisão, a educação formal deve preconizar habilidades intelectuais, conhecimento por simbolização, línguas estrangeiras, para além do sistema regular de ensino, na oferta de cursos complementares que aperfeiçoem os saberes e fazeres técnicos. Dentre as qualificações requeridas pela gestão toyostista, muitas centram-se nos aspectos informais ou comportamentais, preparando o trabalhador para o uso da criatividade, da habilidade como imprescindíveis para a tomada de decisões diante de situações inusitadas e imprevisas, bem como condição para a adaptação às mudanças. Um trabalhador que seja proativo, que seja líder e sempre demonstre o compromisso com os objetivos da empresa. “Em termos de qualificação profissional, passou a ser demandada aos/às trabalhadores/as maiores experiências práticas nas atividades, o chamado conhecimento tácito” (ANTUNES, 2017, p. 95).

Dessa forma, o mercado de trabalho é regido pela lógica da flexibilidade de competências diferenciadas.

[...] se há combinação entre trabalhos desiguais e diferenciados ao longo das cadeias produtivas, há também, demandas diferenciadas e desiguais, de qualificação dos trabalhadores, que podem ser rapidamente atendidas pelas estratégias de aprendizagem flexível, o que permite que as contratações sejam definidas a partir de um perfil de trabalhador com aportes de educação geral e



capacidade para aprender novos processos, e não pautada na qualificação (KUENZER, 2016, p. 05).

Se há uma distribuição desigual no interior das cadeias produtivas, dada pela demanda diferenciada e desigual da força de trabalho, o consumo desta força de trabalho aprofunda a distribuição desigual de conhecimento, podendo alguns trabalhadores desenvolver o trabalho intelectual integrado às atividades práticas, considerando um longo percurso de estudos e qualificação profissional, enquanto para a grande maioria dos trabalhadores, mediante seus conhecimentos tácitos, serão envolvidos em atividades simples, adquiridas pelos treinamentos rápidos, por meio da tecnologia, e orientados pela lógica da educação flexível, baseados na desespecialização multifuncional (ANTUNES, 2017).

A flexibilidade no âmbito da educação tem se ampliado na medida em que ocorre uma articulação entre empresa flexível e educação flexível, como temos a iniciativa da “universidade corporativa” – fundada por corporações privadas e com a base da formação profissional nos valores empresariais. Constata-se que esta proposta tem sido incorporada também pelo ensino básico e de pós-graduação.

Verifica-se também no ensino superior uma nova pragmática da educação para o capital. Implantam cursos flexíveis, cuja dinâmica de funcionamento se dá por meio de um método básico para um nivelamento de competências generalistas, objetivando o aligeiramento da formação associado ao menor custo. Concomitante, propaga-se o ensino não-presencial, mediante a oferta de cursos à distância.

Para Antunes (2017), a teoria do capital humano concebe a pedagogia a partir do ideário neoliberal. Para esta teoria, a força de trabalho, para além da capacidade prática para executar as tarefas e operar equipamentos, mobiliza capacidades, saberes-fazeres específicos, conhecimentos teórico-práticos que podem ser desenvolvidos pelos trabalhadores, para posteriormente, serem aplicados e usufruídos pelos consumidores que os compram.

Essa forma de conceber a educação, qualificando a partir das expectativas e exigências do mercado, também tem como propósito propagar a responsabilidade de o trabalhador garantir a empregabilidade, sendo a qualificação um investimento, um empreendimento. Sendo assim, a força de trabalho não é admitida como uma mercadoria, mas como um negócio próprio, que tem um retorno em capital. “Ser um/a empreendedor/a, nesse sentido, é dispor-se a gerenciar a própria vida analogamente à gestão de uma empresa, como um/a empreendedor/a capitalista” (ANTUNES, 2017, p. 102). A teoria do capital humano iguala o/a vendedor/a e o/a comprador/a da força de trabalho como comerciantes que possuem uma mercadoria em comum e os mesmos objetivos, e, portanto,



trabalhador/a e capitalista se equiparam.

Para a autora, está em curso um processo denominado de exclusão includente, ou seja:

No mercado, identificam-se várias estratégias de exclusão do mercado formal, onde o trabalhador tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, acompanhadas de estratégias de inclusão no mundo do trabalho através de formas precárias. Assim é que trabalhadores são desempregados e re-empregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou re-integrado no mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado (KUNZER, 2016, p.14).

Na mesma razão, a cadeia produtiva se nutre, no outro extremo - na ponta precarizada – pelo trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho domiciliar ou terceirizado, baseado na superexploração. Sendo assim, a lógica denominada de *exclusão includente*, é equivalente, porém em polo contrário, para a educação a *inclusão excludente*, ou seja:

As estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam aos necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente (KUENZER, 2016, p. 14-15).

Tecemos algumas considerações realizadas sobre a relação trabalho e educação nos sistemas de produção taylorita/fordista e de acumulação flexível, para que se possa estabelecer limites à pedagogia toyotista e construir alternativas nos espaços de contradição, correspondentes a uma pedagogia comprometida com valores emancipatórios.

III. CONCLUSÃO

A educação é uma mediação dos homens entre si, e como tal, possibilita aos indivíduos a apropriação da riqueza material e espiritual, como inerente à sociabilidade humana. Assim como o trabalho, a cada formação sócio-histórica, haverá uma determinada educação. No âmbito da formação sócio-histórica tardo-burguesa, o trabalho e a educação, são dominados pelo capital, que os manipula em função da constante necessidade de maximização dos lucros. Para tanto, na contemporaneidade, trabalho e educação assumem o caráter flexível, acarretando consequências para a classe trabalhadora, como a precarização estrutural do trabalho e da educação, dentro outras esferas da vida social. Ao trabalho acarreta a informalidade, a insegurança, a terceirização, a subcontratação e o



subemprego, aprofundando os níveis de desemprego estrutural. À educação, a absorção das transformações societárias do sistema do capital que para responder às demandas do mercado de trabalho, implanta uma educação pautada na aprendizagem flexível, materializada no projeto pedagógico da acumulação flexível do capital: formação de profissionais flexíveis, cuja habilidade se aperfeiçoa com a dinamicidade tecnológica, em detrimento de uma educação integral, que pressupõe a apropriação do patrimônio material e espiritual à disposição da humanidade.

Essas transformações societárias interferem nas dimensões e funções do Estado Social, que voltado para atender os anseios do capital, cria todas as condições para o aprofundamento da exploração do trabalho pelo capital, ampliando as expressões da questão social, debatendo sobre as condições de vida da classe trabalhadora. Estado e capital, incorporam as demandas da classe trabalhadora como se fossem suas, e respondem com a instituição de legislações sociais e trabalhistas, que se materializam para os trabalhadores sob a forma de políticas sociais setoriais, sob diversos serviços sociais, a serem controlados e regulados pelo Estado. Assim, cria-se a necessidade social de um corpo de profissionais para operar a execução dos serviços sociais. É exatamente no espaço ocupacional das políticas sociais, permeado pela disputa entre projetos sociais distintos, logo, dotado de tensões e contradições, que se insere o trabalho profissional de diversas áreas de atuação. E, por absorver o contexto em que se situa, tanto pode se colocar na construção de respostas profissionais coletivas que visem a ruptura, como podem corroborar para a manutenção da ordem do capital.

Para estes/as trabalhadores/as, o atual contexto do mundo do trabalho impõe a utilização da tecnologia na padronização dos procedimentos, estabelece ações pré-determinadas e a alimentação constante de sistemas de informação, associados a um número exaustivo de diretrizes, parâmetros legais, guias, cadastros e formulários técnicos. Ou seja, ações rotineiras, prescritivas e burocratizadas, fomentadas pelo caráter tecnicista, incentivadas pelas novas formas de gestão das políticas sociais, que sob a lógica da eficácia e da eficiência, se colocam como estratégia fundamental para dotar a administração pública de capacidade técnica, desvinculada inteiramente da dimensão ético-política e de sua potencialidade emancipatória.

Concordamos com MÉSZÁROS (2008), que evidencia a permanente vinculação da educação aos interesses de expansão e acumulação do capital, afirmando a necessidade de ruptura com o sistema de internalização instituído, assentado na incorporação de valores, conhecimentos, habilidades e comportamentos a serem incorporados pelos indivíduos. “Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente” (MÉSZÁROS, 2008, p.47).



Como forma de enfrentamento a estas condições, vislumbramos o aprimoramento teórico-intelectual e ético-político por meio da valorização e qualificação dos trabalhadores, o que implica, por em ação, alternativas educativas constituída de atividades de contra internalização, desvencilhando a educação formal da lógica do capital em direção a práticas educativas mais amplas, capazes de construir uma educação como uma transcendência positiva da auto alienação do trabalho.

Essa realidade, impõe a necessidade de processos educativos pautados em princípios educativos emancipatórios, validados pela educação permanente - , suas condições e relações de trabalho como central, além das demandas pertinentes no âmbito das políticas sociais como: gestão, provimento de serviços, programas e benefícios sociais, controle social e as necessidades dos usuários das políticas sociais. Logo, o trabalho social desenvolvido por estes/as trabalhadores/as, se coloca como mediação entre o provimento e a demanda pelo direito social.

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente nova (MÉSZÁROS, 2008, p.65).

Para Tonet (2014), vislumbrar uma educação emancipadora ante ao recrudescimento do capital na contemporaneidade, não se trata de sermos tomados pelo imobilismo derrotista. Pelo contrário, o autor defende sobre a necessidade e a viabilidade de “atividades de cunho emancipador”, como atividades que se explicitam na insustentabilidade da sociabilidade capitalista em direção à emancipação humana. Para isso é necessária uma formação humana integral, o que pressupõe “a apropriação do patrimônio material e espiritual, à disposição da humanidade hoje, necessário à nossa configuração como indivíduos pertencentes ao gênero humano”. (TONET, 2007, p. 17).

A emancipação humana é uma forma de liberdade radicalmente diferente e superior à liberdade expressa pela emancipação política, e é a forma mais autêntica de liberdade de que o ser humano pode ter. Portanto [...] qualquer educação, qualquer atividade educativa, que se pretenda emancipadora no sentido forte do termo, não no sentido idealista, tem que estar conectada, com todas as mediações necessárias, com a emancipação humana, não com a emancipação política. [...]. Trabalhar pela emancipação humana é conectar nossa atividade com a perspectiva de superação do capital (TONET, 2007, p. 1).

É importante distinguir a educação emancipadora de atividades educativas emancipadoras. Concernente à educação, quando se fala em educação, imediatamente se pensa em um sistema geral, em política educacional. Mas, não é disso que se trata. As atividades educativas, são ações mais pontuais. Ante ao atual contexto da sociabilidade capitalista, é somente possível ser desenvolvidas as atividades educativas de caráter



emancipatório. Dada que a sociabilidade capitalista não é homogênea, portanto, é contraditória, e no processo de reprodução de si mesma, deixa espaços intermitentes e descontínuos, movimentados pelas contradições entre as classes sociais. São essas contradições que permitem, embora de modo limitado, a realização das atividades educativas emancipatórias. (TONET, 2007)

É neste sentido, que ao discutirmos a relação entre trabalho e educação e os processos formativos oriundos desta, repaldamos-nos em Fernandes (2016), que sinaliza a preocupação com a concepção de educação permanente na contemporaneidade, uma vez que foi incorporada por ideários neoliberais, distanciando-se dos fundamentos crítico, ético e político, que historicamente lhe foi inerente. Tais fundamentos, inscritos nos processos educativos, nas experiências, nos saberes e conhecimentos, posicionam-se criticamente, realizando-se no cotidiano de práticas profissionais específicas, como no campo das políticas sociais. A educação permanente no âmbito das políticas sociais, para além da dimensão formativa do trabalhador, se coloca como uma estratégia na consolidação do Estado Democrático de Direito, na medida em que defende a primazia do Estado na efetivação dos direitos sociais. Aqui reside seu caráter educativo emancipatório.

III. REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. Lutas Sociais e Desafios da Classe Trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.127. São Paulo:Cortexz Editora, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Bomtempo, 2000.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez e Editora da UNICAMP, 2008.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, nº 81. Editora: Universidade de São Paulo (IEA-USP), Agosto de 2014.

_____. **O trabalho que estrutura o capital desestrutura a sociedade**. Entrevista. IHU On-Line. Revista Instituto Humanitas da Unisinos. Edição 464 | 27 abril 2015. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5905&secao=464. Acesso em: 03 fev. 2017.

ANTUNES, R., PINTO, G. A. **A Fábrica da Educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo. Cortez Editora, 2017.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século xx. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987



ENGELS, F.; MARX, K. O Manifesto Comunista. Trad. de Maria Lucia Como. Ed. especial Saraiva de Bolso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

FERNANDES, R. M. C. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas: Editora papel Social, 2016

KUENZER, A.Z Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5 n. 3, p. 491-508, nov.2007/fev.2008.

KUENZER, A. Z., GRABOWSK. G. Exclusão Includente e Inclusão Excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e Trabalho. **Revista Holos**, Ano 32, Vol. 6, 2016.

MÉSZÁROS, I **A Educação para Além do Capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 4.ed. São Paulo: Cortez. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011

TONET, I. **Educação Contra o Capital**. Maceió: Edufal, 2007.

_____ Atividades Educativas Emancipadoras. **Revista Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 09-23, jan./jul. 2014.